

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS	9
ÍNDICE DE GRÁFICOS	10
ÍNDICE DE MAPAS	11
SIGLAS E ABREVIATURAS	12
PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO	19
1. O objecto de estudo	20
2. Um ponto de situação historiográfica	25
3. Quadro teórico e conceptual	30
4. O <i>corpus</i> documental	35
5. A estrutura do trabalho	44
Parte I. Enquadramento legal da(s) violência(s): marcas da normatividade e mecanismos de controlo e vigilância	47
1. Escalas de violência	48
1.1. A evolução do quadro normativo	48
1.2. Violência – um jogo de escalas	56
2. Práticas, normatividade e vivências sociais – uma relação dinâmica	62
3. O recurso à justiça	73
3.1. A administração judicial secular	74
3.2. Índices de recurso à justiça	77
4. Estruturas de segurança – do papel à realidade	93
4.1. A estrutura de segurança pública no Antigo Regime até ao consulado pombalino	94
4.1.1. A administração periférica	94
4.1.2. A administração local	99
4.2. A criação da Intendência Geral da Polícia	106
4.3. A segurança pública do Porto entre a administração local e a administração central	110
Parte II. Traços de uma «convivialidade» violenta	119
1. Proporções da violência (1750-1758; 1766-1772)	121
2. Tempos de violência ou tempos de perdão?	123
3. Geografia(s) da violência	131
4. Práticas e representações da violência criminal	153
4.1. A agressão física	153
4.2. O estupro	176

4.3. O roubo	192
4.4 O homicídio	205
4.5. Outros crimes contra a honra	215
4.5.1. O insulto	215
4.5.2. A assuada	223
CONCLUSÃO	227
FONTES E BIBLIOGRAFIA	235